



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



56
MF

RJV

Nº 70027640937
2008/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE

DE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70027640937

COMARCA DE NOVO HAMBURGO

EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL
DE NOVO HAMBURGO

PROPONENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DE NOVO
HAMBURGO

REQUERIDO

EXMO. SR. PROCURADOR GERAL
DO ESTADO/RS

INTERESSADO

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de ação ajuizada pelo PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 1.672/2007 que estabelece a realização obrigatória de exames de catarata e glaucoma nos recém-nascidos em maternidades e hospitais públicos ou conveniados com o Sistema Único de Saúde naquele município. Sustenta, em suma, que o mencionado diploma legal viola os artigos 8º, 10, 19, 60, II, "d", 82, III e VIII, e 176, III, da Constituição Estadual, por inobservância da competência exclusiva do Poder Executivo para tal fim. Pede, liminarmente, a suspensão do referido diploma legal.

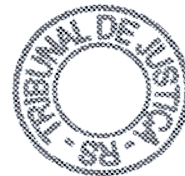
É o sucinto relatório.

Considerando que a Lei Municipal nº 1.672/2007, ao exigir a realização de determinados exames pelo Município de Novo Hamburgo aparentemente viola o Princípio da Separação dos Poderes e usurpa a competência do Chefe do Executivo municipal, presente encontra-se a plausibilidade jurídica do pedido da parte requerente. Outrossim, o perigo da demora encontra-se consubstanciado na possibilidade de manter eficaz dispositivo legal em desconformidade com o ordenamento jurídico.

Por essas razões, defiro o pedido liminar pleiteado para determinar suspensão da eficácia da Lei Municipal nº 1.672/2007.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



57
M

RJV

Nº 70027640937

2008/CÍVEL

Diligências legais.

Porto Alegre, 25 de novembro de 2008.

DES. ROQUE JOAQUIM VOLKWEISS,
Relator.